

Um antropólogo entre dedicação científica e compromisso social

Claude Raynaut

Claude Raynaut

Universidade de Bordeaux – Bordeaux, França.
E-mail: craynaut@hotmail.com.
ORCID: 0000-0001-5115-9765

Resumo: Baseando-me principalmente na minha experiência pessoal, são três dúvidas que queria explorar nesse artigo, encontradas no meu longo percurso de pesquisador, estreitamente ligadas ao tema geral dessa edição: o papel da universidade na sociedade. A primeira questão diz respeito à noção de dedicação ou de compromisso, encarada seja como cientista, seja como cidadão. Conflitos aparecem entre as exigências intelectuais dessas duas posturas. A segunda questão, que pode ser vista como outra face da prévia, questiona a independência do pesquisador, enquanto produtor de conhecimento, quando toma em conta as demandas que se originam na sociedade. Como preservar a imprescindível liberdade de pensamento que constitui a chave de sua criatividade? Enfim, a última dúvida remete ao destino e ao percurso do saber científico na sociedade. Percurso que conduz inevitavelmente as ideias e os achados científicos a viverem uma vida própria, fora do controle dos cientistas.

Palavras-chave: Responsabilidade científica; Compromisso social; Pesquisa aplicada; Interdisciplinaridade; Epistemologia.

An anthropologist between scientific commitment and social responsibility

Abstract: Basing myself mainly on my personal experience, in the article I explore three questions, which I confronted during my long journey as a research scientist. These questions are closely related to the central topic of this issue: the role of university in society. The first question is about the notion of commitment or dedication, faced from the position of either the scientist or the citizen. Conflicts arise between the intellectual requirements of each position. The second question, which can be seen as another side of the first one, concerns the independence of the research scientist as a knowledge producer, when considering demands that originate from society. How to preserve the indispensable freedom of thought that is the key to one's creativity? Finally, the third question refers to the destiny and trajectory of scientific knowledge within society. A trajectory that inevitably leads ideas and scientific conclusions to take on a life of their own, outside the control of scientists.

Keywords: Scientific responsibility; Social responsibility; Applied research; Interdisciplinarity; Epistemology.

Un antropólogo entre dedicación científica y compromiso social

Resumen: Basándome principalmente en mi experiencia personal, son tres dudas que quisiera explorar en este artículo, encontradas en mi largo recorrido de investigador, estrechamente ligadas al tema general de esta edición: el papel de la universidad en la sociedad. La primera cuestión se refiere a la noción de dedicación o compromiso, desde el punto de vista de un científico así como de un ciudadano. Surgen conflictos entre las exigencias intelectuales de estas posturas. La segunda cuestión, que puede ser vista como la otra cara de la anterior, cuestiona la independencia del investigador, como productor de conocimiento, cuando toma en cuenta las demandas que se originan en la sociedad ¿Cómo preservar la imprescindible libertad de pensamiento que constituye la clave de su creatividad? Finalmente, la última duda remite al destino y al itinerario del saber científico en la sociedad. Camino que conduce inevitablemente las ideas y las conclusiones científicas a vivir una vida propia, fuera del control de los mismos científicos.

Palabras clave: Responsabilidad científica; Compromiso social; Investigación aplicada; Interdisciplinarietà; Epistemología.

Introdução

O questionamento sobre a posição e o papel da produção e da transmissão do saber na sociedade não é fenômeno recente. Acompanhou a criação das universidades modernas na Europa do século XIX. As antigas instituições acadêmicas, herdeiras da Idade Média, permaneciam controladas pelas instituições religiosas, e seu ensino estava principalmente voltado para a formação de clérigos ou de juristas encarregados de garantir o respeito dos preceitos da religião e das normas que regiam, conforme cada situação local, as relações entre componentes de sistemas sociais altamente segmentados e hierarquizados. Com as profundas evoluções acontecidas durante o século XVIII no domínio da filosofia, da ciência e da técnica, conduzindo a mudanças políticas e econômicas que marcaram o século seguinte, manifestou-se a necessidade de instituições renovadas que pudessem transmitir o saber científico em construção e os princípios segundo os quais iam se organizar os novos sistemas políticos e sociais em elaboração. Tratava-se de acompanhar e sustentar o nascimento da sociedade capitalista industrial moderna e o movimento progressivo, e muitas vezes caótico, que conduzia à instauração de instituições políticas democráticas.

Dois modelos principais se confrontavam nesse processo na Europa. O modelo napoleônico, com poder altamente centralizado, com objetivo de pôr a formação acadêmica a serviço de um projeto político nacional. As formações profissionais e técnicas de alto nível eram proporcionadas em escolas especializadas – muitas vezes estabelecidas desde as últimas décadas do século XVIII. As atividades de pesquisa permaneciam em maior parte realizadas no âmbito de Academias científicas especializadas. O modelo concorrente, alemão, fortemente marcado pelo pensamento do naturalista e espírito enciclopédico Humboldt, caracterizava-se pela desconcentração e autonomia das universidades, bem como pela estreita ligação entre a produção do conhecimento, por meio da pesquisa, e sua transmissão por meio do ensino. Em ambos os casos, o objetivo era formar uma elite que soubesse acompanhar as mutações de uma sociedade europeia investida pela imensa esperança colocada na ciência e na educação, como motores de um progresso sem limites. No caso alemão, com uma esperança maior nos benefícios que se esperavam dos progressos do espírito humano, no sentido mais nobre da noção. No caso francês, com uma visão mais utilitarista, controlando a universidade nas suas interferências potenciais com a vida política e externalizando a formação profissional, enquanto instrumento essencial da revolução industrial em andamento.

Os dois modelos se difundiram amplamente na Europa e no resto do mundo, principalmente na América do Norte e do Sul, conforme as redes de influência política e intelectual estabelecidas pelos dois polos iniciais. No final do século XIX e nas primeiras décadas do século seguinte, os dois modelos começaram a convergir. O modelo francês integrando melhor a pesquisa e a inovação no seio da instituição acadêmica¹ e o modelo alemão tomando mais em conta as necessidades da formação profissional.

¹ Conservando, no entanto, a ideia da pesquisa de alto nível como função especializada, com seus próprios institutos dedicados, sendo o maior deles o “Centre National de la Recherche Scientifique” (CNRS), criado em 1939, cuja missão era abarcar todos os campos da ciência, com seu próprio pessoal e seus próprios laboratórios.

Foi nos Estados Unidos, contudo, que se fez a síntese mais inovadora entre os dois modelos, associando estreitamente o ensino, a pesquisa básica de alto nível e a formação profissional. Isso num contexto institucional, político-social e econômico que permitia uma grande flexibilidade, sendo o papel do poder político central muito menor do que na Europa e os laços com a sociedade civil, nas suas dimensões tanto políticas quanto econômicas, muito mais estreitos. Com a dominação política e econômica esmagadora adquirida pelos Estados Unidos durante o século XX, o modelo americano, validado pelos sucessos encontrados nos domínios científico e técnico, tornou-se referência em escala mundial.

A posição social assim adquirida pelas instituições acadêmicas no mundo ocidental e nos países submetidos à sua influência passou por uma crise profunda em meados do século XX. Manifestou-se uma crítica radical aos fundamentos ideológicos dos modelos de produção e de transmissão do saber, impulsionados em nível mundial, a partir dos centros de poder do chamado primeiro mundo. A crítica maior era que as universidades organizadas conforme tal modelo dominante proporcionavam uma formação elitista e, sobretudo, profundamente orientada ao serviço de um sistema econômico capitalista desconectado das necessidades fundamentais do ser humano e dos recursos do planeta². É pertinente notar que essa crítica à universidade e ao seu papel na sociedade originou-se na própria universidade. Integrava o questionamento sobre a instituição acadêmica dentro de uma reflexão global sobre as formas que tomava o novo sistema-mundo³ em processo de estruturação na esteira da Segunda Guerra mundial e sob a liderança dos Estados Unidos. Não é à toa que a contestação surgiu nos Estados Unidos – inicialmente alimentada pela revolta contra a guerra do Vietnã. Ganhou rapidamente a Europa e alguns países da América Latina, como o México. Em alguns casos, notadamente na França, a contestação estudantil desembocou num movimento social e político de amplo alcance. Mas, em todo lugar, manifestou-se uma intensa efervescência intelectual ao redor do ensino acadêmico, da organização e das finalidades das universidades. Em cada país engajado nesse movimento geral de reflexão, reformas de conteúdo e amplitude diversas foram conduzidas, conforme a história e as especificidades locais. Em todo caso, o intuito era tecer laços mais estreitos e diretos entre as instituições de formação superior e de pesquisa e a sociedade global, questionada nos seus princípios de organização e na civilização que incarnava.

A dinâmica assim engajada, com suas esperanças e suas utopias criadoras, não resistiu à revolução geopolítica constituída pelo desabamento da União Soviética (URSS) no final dos anos 1980, o fim da Guerra Fria e o triunfo mundial do modelo social e econômico neoliberal teorizado e impulsionado pelos Estados Unidos. Num contexto de explosão da produção e do consumo na escala mundial, as

² A crítica ambientalista do modelo produtivo dominante começava a se organizar, ao lado da crítica marxista já solidamente estabelecida. Em 1968, foi o ano de criação do “Clube de Roma”, cujo relatório iria, poucos anos depois, lançar o primeiro questionamento público sobre os limites que a natureza impunha ao modelo de um crescimento sem freios (Meadows et al., 1972). No mesmo tempo, críticas fundamentais e radicais dos princípios mesmos da sociedade de consumo estavam formuladas, entre outros por autores emblemáticos desse período tal como Marcuse (1964) e Baudrillard (1970).

³ Noção proposta por Immanuel Wallerstein nos anos setenta do século passado e retomada numa obra mais recente (2004).

universidades deixaram de ser voltadas para o acolhimento de uma pequena elite. Passaram a ser concebidas como quadros de formação da massa de competências de alto nível necessárias para acompanhar a aceleração de uma economia sempre mais complexa, tecnificada e desmaterializada. Quadros também da produção do saber científico necessário para alimentar os processos de inovação técnica e organizacional nos quais ia se apoiar um progresso concebido como resultado de um movimento de crescimento sem limites da produção e do consumo. Pode-se dizer que foi o triunfo do modelo de sociedade e de economia cujas consequências foram antecipadas pelos pensadores e peritos dos anos sessenta, modelo contra o qual se levantaram movimentos de reforma do mesmo período. No novo contexto geopolítico, econômico e cultural que prevaleceu a partir do final do século XX, a universidade passou a ser concebida, sobretudo, como instrumento a serviço de uma visão econômica e social. Devido aos investimentos financeiros crescentes, tanto por parte do setor público quanto do privado, dos quais as instituições acadêmicas se beneficiam, num contexto de concorrência mundial exacerbada, exigências sempre maiores se manifestaram para um retorno do investimento conforme as expectativas (Geiger, 2004). Com certeza, resistências se revelaram dentro e fora da instituição, mas não passaram de reações sem grandes efeitos frente às forças dominantes.

Atualmente, intensifica-se a crítica a respeito da visão do progresso e do crescimento econômico nascida com a sociedade industrial na Europa do século XIX. Com formas, amplitude e posicionamentos diferentes, essa crítica ganhou progressivamente a totalidade do planeta, e a universidade, mais uma vez, é chamada a novos desafios.

A universidade do Antropoceno acha-se profundamente questionada sobre o futuro para o qual conduz o saber que ela tem a missão de transmitir. Ela é intimamente inserida numa ordem mundial que anda se reconstruindo com bases políticas, econômicas e culturais profundamente diferentes daquelas que estruturaram o sistema-mundo pós Segunda Guerra Mundial. Seu papel não vai poder deixar de ser definido de modo diferente (Shinn, 2002). Estamos num momento no qual se inicia esse movimento.

Essa breve e simplificada evocação histórica tem aqui somente um objetivo: lembrar que a instituição da universidade foi sempre e permanece até hoje intimamente ligada aos movimentos de estruturação e de transformação que animam a sociedade na qual se inscreve. Não se constitui como uma estrutura em si, obedecendo a princípios pedagógicos e científicos universais, desencarnados e intangíveis. Ela é estrutural e funcionalmente uma emanção dessa sociedade-mãe, com suas exigências, suas ideias hegemônicas, mas também com seus conflitos e suas contradições e transtornos.

Essa colocação preliminar não anuncia, nas páginas que seguem, uma reflexão de caráter geral sobre a instituição acadêmica e as condições nas quais a mesma pode cumprir seus vários papéis na sociedade contemporânea, pois esses problemas, essas tensões, esses conflitos não se manifestam apenas no nível das instituições. Dentro do quadro global onde se afrontam as potentes e inatingíveis forças que moldam a história de nossas sociedades, bem como aquela de nossas instituições de pesquisa e de ensino, cada pesquisador, cada professor, cada aluno tenta traçar seu itinerário pessoal de produtor, transmissor e receptor de conhecimento. Cada um acha-se confrontado à complexidade e

às contradições do contexto social dentro do qual atua. E no final das contas é bem assim que se experimenta a história – assim também que ela se constrói, mediante a atuação dos atores que lhe dão vida.

Por isso, meu propósito nestas páginas não vai ser propor amplas ideias e conclusões definitivas sobre o papel da Universidade enquanto agente de desenvolvimento. Será a partir do que conheço melhor e mais intimamente: minha experiência pessoal, a de um antropólogo ancião que, durante cinquenta anos, experimentou as dificuldades, os sucessos, os fracassos, as dúvidas de alguém que nunca deixou de se preocupar com o destino do saber científico que estava produzindo e compartilhando. Nunca deixou de questionar-se sobre a caminhada que cumpriam na arena social os elementos de compreensão da realidade que trazia seu trabalho de pesquisador. Hoje, na última reta de meu percurso científico, olhando para trás o caminho percorrido ao longo de tantos anos, e me colocando a questão do destino social de meu trabalho de pesquisador em Ciências Sociais, chego à conclusão que, seja qual for o papel que as instituições estabelecidas tiveram em relação ao impacto social de meu trabalho científico, seja qual for meu empenho pessoal para que minhas pesquisas tivessem pertinência e ressonâncias fora da comunidade estritamente acadêmica, confrontei-me com o fato das ideias científicas terem sua própria vida, seguirem seu próprio destino na sociedade. Isso não implica ceticismo quanto à força das ideias. Ao contrário, remete à constatação de que não somos donos das ideias que produzimos.

Baseando-me principalmente na minha experiência pessoal, são três dúvidas que queria expor, encontradas no meu percurso de pesquisador e que acho estreitamente ligadas ao tema geral desse dossiê: o papel da universidade na sociedade. A primeira questão diz respeito à noção de dedicação ou de compromisso, encarada seja como cientista, seja como cidadão. A segunda, que pode ser vista como outra face da anterior, questiona a independência do pesquisador, enquanto produtor de conhecimento, quando toma em conta as questões que se originam na sociedade. Enfim, a última remete ao percurso e o destino, na sociedade, do saber que produzimos.

Dedicação científica e compromisso cidadão: um conflito potencial?

Formar-se na antropologia social na França no início dos anos sessenta do século passado significava achar-se na confluência entre várias escolas intelectuais mais ou menos conflitantes. Permanecia potente uma corrente etnográfica marcada pela curiosidade, alimentada desde o século XIX pela expansão colonial francesa, ao redor da multiplicidade das formas de vida cultural e social encontradas no planeta. Diversidade que reclamava uma observação e um registo minuciosos. Por outro lado, com pensadores como Lévi Strauss, conduzia-se, na herança de um Durkheim e suas “Formas elementares da vida religiosa”, um esforço mais amplo para extrair dessa diversidade alguns princípios de porte geral que pudessem ajudar entender melhor o ser humano na sua organização social e cultural. Enfim, mais recentemente chegada no palco do pensamento antropológico, em fase com os debates que alimentavam a sociedade contemporânea, afirmava-se uma ativa escola Marxista que se dava com objetivo maior confirmar a aplicabilidade às sociedades não capitalistas e pré-

industriais da teoria elaborada a partir das realidades sócio-históricas europeias. Adaptando-a para dar conta das especificidades do campo de pesquisa não europeu e situando suas observações no contexto global da dominação imperialista. O livro de Claude Meillassoux, “Antropologie économique des Gouro de Côte-d’Ivoire”, publicado em 1964, foi uma das pedras de toque desse movimento na França.

Enquanto jovem pesquisador, era difícil deixar de se posicionar em relação a esses movimentos intelectuais que funcionavam de modo quase exclusivo. Raros eram os pesquisadores que tentavam lançar pontes entre marxismo e estruturalismo⁴. Quanto àqueles que permaneciam fiéis à etnologia descritiva tradicional, eram considerados pelas outras correntes como herdeiros duma visão colonial. Por seu lado, consideravam que as generalizações teóricas das mesmas se apoiavam em trabalho de campo parcial e superficial, voltado, sobretudo, para a recolha de elementos fatuais destinados a alimentarem um modelo teórico já estabelecido. Para quem temia intuitivamente fechar-se *a priori* numa abordagem exclusiva que reduzia a complexidade e a flexibilidade da realidade, era difícil achar, entre essas igrejas acadêmicas, um posicionamento que lhe trouxesse um sentimento de liberdade intelectual.

A minha chance frente a esse dilema achou-se nas condições nas quais fiz minha primeira experiência do trabalho de campo. Mais de cinquenta anos atrás, achar os meios para cumprir um trabalho de campo aprofundado, fora da França, numa sociedade tradicional longínqua, era um projeto cuja realização era submetida a numerosos obstáculos. Oportunidades raras, custo elevadíssimo. Viajar não era tão fácil e banalizado quanto hoje. Felizmente, o período era também de um movimento histórico para meu país: o da descolonização. Nesse início dos anos sessenta do século passado, as antigas colônias estavam ganhando sua independência. Novos países, sobretudo africanos, achavam-se no processo de construção de sua identidade política e de sua viabilidade econômica. A antiga potência colonial estava incumbida de apoiá-los nesse esforço. Outros motivos, menos publicamente expostos, inspiravam os cuidados dos quais a mesma fazia beneficiar suas prévias colônias: manter sua influência política e garantir seu acesso a recursos necessários para sua própria economia. No entanto, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por uma imensa esperança colocada no desenvolvimento rápido dos jovens países africanos.

Entre os vários programas que contribuía na ajuda levada pela antiga potência colonial, constava o de proporcionar a assistência de jovens franceses, recentemente formados, cuja competência podia substituir a carência de pessoal treinado da qual padeciam os novos países. A formação de nível superior da juventude africana não foi, utilizando um eufemismo, uma prioridade da potência colonial! Possibilidades se abriam, assim, para os que queriam descobrir outros horizontes, de serem recrutados nesse programa e de terem assim a oportunidade, até então inesperada, de cumprir a distância insuperável que os separava da África e de permanecerem lá tempo suficiente para cumprirem um trabalho de campo aprofundado. Para mim, a chance foi imensa, pois, em 1964, fui mandado para Níger, enquanto antropólogo, com a possibilidade de me dedicar totalmente à observação das

⁴ Pode-se, no entanto, dar como exemplo de tal tentativa o livro de Lucien Sebag, “Marxisme et structuralisme”, publicado em 1967.

realidades de pequenas comunidades de agricultores locais. Minha tarefa era estudar o impacto social de um ordenamento hidro agrícola realizado numa comunidade de pequenos agricultores Hauças⁵. Isso implicava que eu morasse durante um ano nessa comunidade e que eu começasse a aprender a língua local. Essa primeira permanência foi o passo inicial de uma relação que ia se prolongar durante vinte anos.

A postura epistemológica a partir da qual iniciei minhas atividades de pesquisa era então marcada de imediato por uma dupla orientação. Por um lado, os objetivos operacionais de minha presença na comunidade implicavam uma atenção não demasiada seletiva nem orientada por pressupostos teóricos, dada a uma grande diversidade de dimensões da vida quotidiana dos moradores da comunidade: tanto no que diz respeito a sua vida material, quanto a sua organização social, bem como à dinâmica das relações impulsada pela intervenção de desenvolvimento vinda de fora. Por outro lado, tencionava aproveitar essa experiência de campo para conduzir um trabalho de pesquisa de cunho acadêmico que pudesse alimentar uma tese de doutorado. Por isso, além das questões e observações circunstanciais diretamente ligadas ao problema que eu tinha que tratar, precisava chegar a uma compreensão íntima da cultura e da vida social na sociedade Hauça, incluindo aspectos que não pareciam ser pertinentes com a relação da comunidade com o ordenamento hidro agrícola.

Rapidamente compreendi que eram duas vertentes duma mesma realidade. Nada se podia entender das expectativas, das tensões, dos conflitos associados às inovações trazidas de fora, sem tomar em conta as representações sociais do solo, do trabalho, das plantas cultivadas bem como as estruturas e as hierarquias que organizavam por muito tempo a comunidade. À prova da realidade concreta, as oposições que animavam o universo da academia perdiam grande parte da sua pertinência. Um trabalho etnográfico minucioso era imprescindível para traçar um retrato fiel da comunidade estudada. Mas, simultaneamente, precisava-se acessar aos grandes princípios, às linhas de força mentais que estruturam as relações sociais e as relações com a natureza, posicionando a cultura Hauça no seu lugar específico no amplo leque das culturas camponesas africanas. Enfim, não se podia deixar de tomar em conta a inserção contemporânea da comunidade local dentro do universo político, social, econômico contemporâneo, tão diferente nos seus princípios da sociedade tradicional. Universo profundamente marcado pelas relações de dependência e de dominação que se instauravam a favor da construção de uma entidade nacional e da elaboração de suas relações com a antiga potência colonial e, mais amplamente ainda, com o mercado internacional.

A evidência impôs-se a mim que as clivagens dogmáticas que dividiam a antropologia acadêmica serviam muito mais para alimentar competições entre egos do que para entender a realidade na sua complexidade e a diversidade de suas dimensões. No caminho, foi a distinção entre pesquisa aplicada e pesquisa fundamental que perdia uma grande parte de seu significado. Da mesma maneira

⁵ Os Hauças são uns dos maiores povos que ocupam, desde séculos, a região da África subsaariana hoje dividida entre o Sul do Níger e o Norte da Nigéria (ex-colônia inglesa). Por sinal, os Hauças desempenharam um papel determinante na Revolta dos Malês, na Bahia, em 1835 (Reis, 2003). Fiquei bastante emocionado ao descobrir o papel dos ancestrais de meus companheiros do Níger na história do Brasil, pois isso tece laço sutil entre duas etapas maiores de meu percurso de pesquisador.

que meu trabalho de tese se alimentava no questionamento voltado para aspectos específicos e práticos que justificava minha presença na comunidade, muitas respostas a esse próprio questionamento operacional vinham de descobertas trazidas por investigações antropológicas de cunho fundamental. Para tomar um exemplo, descobri, graças a trabalho de etnografia minucioso, que a organização da comunidade obedecia a um esquema bipartido⁶ já observado em outras áreas culturais no planeta e descrito na literatura antropológica, mas nunca documentado na sociedade Hauça e raramente na África. Muitas tensões que aconteciam entre agricultores no ordenamento hidro agrícola achavam suas raízes profundas nessa divisão subjacente que apenas a metodologia antropológica de observação participante podia desvendar. Mas, ao mesmo tempo, sem as questões sobre a origem de certas tensões observadas entre os agricultores, uma interrogação mais geral sobre as clivagens que dividiam a comunidade talvez não tivesse sido colocada. Esse exemplo mostra que, especialmente no domínio das ciências sociais, quando tratam de questões referentes ao desenvolvimento, a distinção entre pesquisa básica e pesquisa aplicada não é pertinente. São duas abordagens da mesma realidade que se alimentam mutuamente.

Desde o início de minha experiência de pesquisador, as duas dimensões foram então intimamente ligadas. Mas essa postura permanecia ainda pouco elaborada e pouco formalizada na minha reflexão pessoal. Era assim que as circunstâncias me tinham introduzido ao trabalho de campo. Nada, na minha formação acadêmica, tinha me preparado a conciliar essas duas vertentes da pesquisa. A minha tese de doutorado tirou partido dessa experiência global, abrindo a reflexão sobre a dinâmica das práticas sociais em vez de restringir-se à descrição das estruturas permanentes da cultura e da sociedade Hauça, mas deixando de lado a dimensão aplicada de meu trabalho (Raynaut, 1973). Ainda que liberado do dilema de uma afiliação a uma das escolas teóricas dominantes, continuava me situando na perspectiva de um trabalho acadêmico que ia me abrir portas para ser recrutado como pesquisador no prestigioso “Centre National de la Recherche Scientifique”, o que aconteceu em 1969, pouco tempo após minha defesa.

Com essa posição de pesquisador integrado na Universidade de Bordeaux, condições eram criadas para que pudesse levar adiante e aprofundar meu conhecimento da cultura e da sociedade Hauça. Já sensibilizado por minha experiência inicial, focalizei minha atenção sobre a pequena agricultura familiar tradicional, confrontada aos desafios de uma entidade sócio-política nacional em construção e de uma economia submetida às exigências de um desenvolvimento aberto sobre o mercado internacional. Conduzindo esse trabalho de pesquisa, situava-me numa postura de observador exterior, conscientizado nos problemas que encontravam os pequenos agricultores com quem trabalhava, mas apenas incumbido de testemunhar o que observava, sem compromisso pessoal na sua resolução.

As circunstâncias iam modificar profundamente essa postura. Em 1974, enquanto tinha adquirido um conhecimento mais profundo e íntimo das várias dimensões da vida das comunidades e das famílias

⁶ O vilarejo era dividido entre duas metades ligadas por relações antagonistas.

com quem trabalhava há mais de cinco anos, aconteceu uma catástrofe ambiental que acometeu não apenas a região do Níger, onde se situava meu campo de estudo, mas uma imensa franja do continente africano que se estendia ao sul do deserto Saara: o Sahel. A terrível seca que se iniciou nesse ano e se prologou durante quase uma década⁷, atingiu toda essa zona causando milhares de mortes, deslocando milhões de pessoas, dizimando o gado e acabando com a vegetação natural. Pode-se dizer que foi a primeira crise ambiental que mobilizou tão amplamente esforços e financiamentos a nível internacional. As grandes instituições internacionais – FAO, Banco Mundial, Programa Alimentar Mundial – desenvolveram programas específicos. Um Comité Inter Estados de Luta contra a Seca no Sahel (CILSS) foi criado para impulsar e coordenar as ações conduzidas localmente. Vários países desenvolvidos, entre os quais a França, fortemente implicada política e economicamente na região, criaram estruturas e linhas de financiamento dedicadas à luta contra a seca.

As comunidades e as famílias com as quais trabalhava e com as quais tinha desenvolvido relações pessoais fortíssimas foram acometidas pela catástrofe. Uma questão se impôs a mim com tamanha força: além da ajuda direta que eu podia levar às vítimas a título pessoal, o que podia fazer, enquanto pesquisador e cientista, frente a tal situação? Foi uma questão que se colocaram também outros pesquisadores de ciências sociais que trabalhavam nessa grande zona da África francófona: do Senegal até o Chade. Um “Comité d’Information Sahel” foi criado, com intuito de divulgar publicamente as análises que esses antropólogos, geógrafos e economistas faziam da crise ocorrida. Um livro foi publicado, cujo título era provocante: “Quem se alimenta da fome na África” (1975).

Compartilhava a vontade de tornar pública a palavra de cientistas que tinham um conhecimento aprofundado das realidades subjacentes à crise global que acometia os agricultores e os pastores da zona do Sahel. Mas achei-me rapidamente confrontado a um dilema. No meu olhar, a postura adotada pelo Comité se aproximava mais de uma abordagem militante do que dos depoimentos de cientistas dando conta com objetividade e rigor da complexidade da situação observada. O seu intuito era sobretudo se contrapor às explicações reducionistas que prevaleciam nos discursos oficiais e na imprensa: as de uma crise meramente climática. Por isso, a ênfase era quase exclusivamente colocada nas dimensões políticas: opressão da classe dirigente em fase de formação sobre a massa da população rural; dominação neocolonial e imperialista que submetia os novos países a trocas desiguais no mercado internacional. Opressão e dominação que tinham fragilizado as populações vítimas e seu sistema de produção, frente a uma variabilidade climática inerente à região do Sahel e à qual tinham-se adaptadas durante séculos. Tratava-se, adotando essa postura, de pôr à luz as responsabilidades, na ocorrência da crise, daqueles mesmos que pretendiam lutar para trazer-lhe remédio, sem lidar com sua causa fundamental: seu próprio papel no acontecimento da catástrofe. Essa postura de meus colegas cientistas tinha sua lógica e sua pertinência num ponto de vista de luta política. Tinha fundamentos científicos, mas simplificava uma realidade na qual entravam também em jogo muitos outros fatores naturais, demográficos, sociais e culturais. Entrava então em contradição com princípios fundamentais

⁷ Até hoje, a situação climática dessa região de África permanece fortemente perturbada e episódios de seca acontecem periodicamente.

do pensamento científico que, ao revê das convicções políticas e de dogmas religiosos, aborda o real com a consciência de sua complexidade, do caráter parcial e muitas vezes provisório das conclusões às quais podemos chegar, das questões e as dúvidas serem mais importantes que as certezas para o progresso do conhecimento.

Ainda que com alto envolvimento pessoal na situação dramática que viviam os agricultores, cheguei à conclusão que existia uma contradição entre a dedicação científica do pesquisador e o compromisso do militante que uma preocupação de eficácia conduz frequentemente a preferir a força marcante da simplificação às incertezas que gera a complexidade. Isso não quer dizer que o pesquisador não deva se comprometer socialmente e politicamente enquanto cidadão, mas sim que esse compromisso não deve interferir com seu empenho enquanto cientista de um modo que o conduza a tomar liberdade com os princípios fundamentais de sua atuação científica.

É um dilema que enfrenta todo cientista quando trabalha sobre temas que mantêm uma ligação forte com os debates que animam a sociedade na qual atua. É uma questão que se coloca à universidade e às instituições de pesquisa: como contribuir na produção e na transmissão do conhecimento, nos debates que animam a sociedade, sem perder o que faz a essência do seu modo de pensar e abordar a realidade. Hoje em dia, o desafio toma uma dimensão muito mais ampla do que no tempo de minha juventude pois, com as redes sociais, as ideias, as informações oriundas da pesquisa científica circulam com uma velocidade e uma amplitude inimagináveis nessa época, sendo apropriadas, manipuladas, simplificadas, exageradas, deformadas, a serviço de embates ideológicos ou de estratégias políticas e econômicas e das lutas dos movimentos sociais.

Num contexto menos desafiador e sem que isso implique para mim negar legitimidade à implicação pessoal do cientista nas lutas e ações sociais, enquanto cidadão, cheguei à conclusão que meu papel mais útil, achava-se, nessas circunstâncias, no criar as condições para que fosse empreendida uma análise da fome no Sahel, na sua complexidade e na multiplicidade de suas dimensões, em vez de privilegiar alguns fatores que, por pertinente que fossem individualmente, representavam apenas uma face da situação à qual precisava-se levar remédios. Ao observar de perto a realidade do campo, podia-se entrever, fosse ainda confusamente, o entrelaçamento de uma multiplicidade de determinantes de natureza distinta: clima, solos, crescimento demográfico, modos e técnicas de produção, características sociais e culturais das sociedades locais, transtornos introduzidos pela dominação colonial e pela construção de um Estado-Nação, inserção desigual no mercado mundial. Tentei costurar minhas primeiras hipóteses acerca da complexidade da situação num artigo publicado em 1976.

No final das contas, além do drama humano imediato que constituía a crise alimentar que acometia uma imensa faixa do continente africano, frente ao desafio que representava a procura de uma estratégia de resposta à crise agroambiental em andamento, meu compromisso enquanto cientista tomou a forma de uma reorientação profunda de meu trabalho de pesquisa. Impuseram-se a meu espírito os limites de minha disciplina e a necessidade de procurar a colaboração de outros olhares conceituais, de outras metodologias de trabalho, de outros questionamentos, para tentar dar coerência

à análise de uma situação que nenhuma disciplina podia elucidar por conta própria. Constatei que a maior responsabilidade do cientista, quando tenciona desempenhar um papel na sociedade, reside em aceitar questionar sua maneira de produzir o conhecimento, em aplicar às suas rotinas intelectuais o princípio de dúvida e de constante reexame que constitui a pedra de toque do enfoque científico. Aceitar a pertinência das questões que outras disciplinas colocam e das respostas que trazem sobre os mesmos objetos do que os seus. É somente assim que se pode sair da lógica restrita que inspira a formulação das problemáticas disciplinares e aproximar-se das problematizações que surgem na sociedade, livres das formatações *a priori* que impõe o recorte disciplinar. Sem dúvida, esse apelo à interdisciplinaridade que percebe o pesquisador individual se dirige também, com mais força ainda, para a universidade e as instituições acadêmicas quando se questionam sobre seu papel na sociedade. A qualquer nível, individual como institucional, é na inovação e no fortalecimento teóricos e metodológicos que se deve buscar a melhoria da contribuição da ciência à vida social, não na simplificação e na dogmatização de sua mensagem.

As tensões entre compromisso social e independência intelectual

Vou prosseguir com esse exame retrospectivo de meu percurso científico pessoal, não que ele tenha em si algum interesse particular, mas porque, como o de qualquer outro pesquisador contemporâneo, pode tornar mais visíveis e vívidas questões de porte geral que perdem um pouco de sua substância quando abordadas de modo mais abstrato e desencarnado.

Passar do trabalho solitário do antropólogo a um desempenho em equipe, reunindo pesquisadores oriundos de horizontes disciplinares diferentes – geógrafo, ecólogo, agrônomo, economista, médico – representa uma mudança radical! Cria problemas de ordens teórica e metodológica que não vou examinar em detalhes aqui⁸. O aspecto sobre o qual quero insistir diz respeito às ameaças que esse salto científico e organizacional pode fazer surgir em relação à liberdade da qual o pesquisador desfruta na sua atuação científica.

Lançar um programa de pesquisa de grande porte e de longo prazo, reunindo um número significativo de pesquisadores, levando-os para um campo de trabalho longínquo, atribuindo-lhes meios de trabalho adaptados a seus métodos, implica em achar fontes de financiamento sem comparação com o que costuma precisar o antropólogo. Ora, bem se sabe que o dinheiro nunca chega sem ser acompanhado por alguns interesses e algumas demandas advindas de quem o concedem.

A realização de meu projeto de montar um programa de pesquisa ambicioso não teria sido possível sem uma modificação profunda no modo de financiamento da pesquisa ocorrida na França nos anos setenta do século passado. Até lá, cada pesquisador acadêmico, cada equipe de pesquisa, em particular quando membros de uma grande instituição de pesquisa, como “Centre National de la Recherche Scientifique” (CNRS), recebia uma doação anual atribuída em função da avaliação emitida sobre seu programa de trabalho pelo comitê científico ao qual estava ligado. A liberdade de escolha dos

⁸ Tive já a oportunidade de examiná-los de modo aprofundado em outro texto (Raynaut, 2015).

temas e programas de pesquisa era total, contanto que respeitassem a pertinência teórica e os requisitos metodológicos exigidos pela disciplina ou pelo conjunto de disciplinas próximas que cada Comitê representava. No entanto, não se podia esperar a aceitação de um programa que fosse transversal entre os Comitês. Isso especialmente nas ciências humanas e sociais, nas quais predomina uma forte ortodoxia disciplinar.

Mas os anos 1970 na França foram um período muito especial para todo o sistema de Ensino Superior e de pesquisa. Por um lado, em fase com uma reflexão internacional lembrada no início desse texto, reconhecia-se o quanto o conhecimento constituía um elemento estratégico para a elaboração das políticas públicas. Isso, não apenas no domínio restrito das inovações tecnológicas, como já havia sido o caso por muito tempo, mas também considerando-se um amplo leque de áreas do saber cuja utilidade instrumental era menos imediata. Por conseguinte, apareceu no nosso país a necessidade de que o poder público pudesse dar incentivos com intuito de mobilizar as capacidades de pesquisa do país sobre temas e questões científicas consideradas como prioritárias para conduzir a política em vários domínios. Foi então criado um sistema de editais, chamando por propostas de programas científicos referentes a problemáticas consideradas como pertinentes para a os serviços do Estado.

Por outro lado, na esteira da efervescência intelectual do final dos anos sessenta, um vento de renovação perpassava tanto as instituições acadêmicas quanto as estruturas governamentais de apoio à pesquisa. Uma reação começava se manifestar em oposição ao peso de um recorte disciplinar rígido demais. Iniciativas pedagógicas eram lançadas no domínio do Ensino Superior para ultrapassar essa rigidez. No âmbito da pesquisa, a demanda de conhecimento que se originava nas estruturas executivas convergia espontaneamente com esse questionamento epistemológico. As interrogações formuladas, na perspectiva de alimentar a elaboração de políticas públicas, não se restringiam a uma área disciplinar restrita. Por essência, uma decisão política deve levar em conta uma multiplicidade de dimensões heterogêneas. Suas problemáticas são por natureza híbridas. Associam um amplo leque de dúvidas e de domínios científicos cujo tratamento científico reclama a contribuição de disciplinas diversificadas. Essa necessidade se expressava na formulação dos editais, a maior parte deles abrindo, explicitamente ou não, a porta para programas interdisciplinares.

A política externa francesa não podia permanecer indiferente à crise grave que afetava a região do Sahel, com a qual o país tinha uma relação histórica e política muito estreita, com interesses econômicos e geoestratégicos significativos. Além disso, a catástrofe humanitária em andamento mobilizava a atenção internacional. Novos protagonistas começavam intervir num espaço onde a antiga potência colonial atuava até então, quase sem partilha: instituições internacionais, mas também potências rivais como os Estados Unidos ou o Canadá. Enfim, debates acirrados emergiam sobre as causas do drama. Debates aos quais os cientistas participavam ativamente. A necessidade de entender melhor o que estava acontecendo conduziu em 1975 a “Délégation Générale à la Recherche Scientifique et Technique” (DGRST) a lançar um edital intitulado “Lutte contre l’aridité en milieu tropical” (Luta contra a aridez em meio tropical).

A generalização do sistema de editais gerou uma reação forte entre os membros da academia e os pesquisadores que identificaram nele uma vontade do poder político para subjugar a ciência e a produção do conhecimento a preocupações e interesses alheios à missão da qual se consideravam incumbidos: fazer progredir livremente o conhecimento. Isso, num contexto internacional que já evoquei anteriormente, no qual se iniciava a discussão, que ia alcançar seu cume na década de 1980 do século passado, ao redor do como fazer com que as universidades e as instituições científicas levem mais em conta as necessidades e inquietações da sociedade. A rejeição foi particularmente forte entre as ciências sociais, com o medo que essas intervenções externas debilitassem a capacidade crítica do pensamento científico, que precisa de total liberdade para ser criativo e realmente inovador. O argumento era que foi sempre da pesquisa básica que surgiram as descobertas mais inovadoras. Como se dizia “Não foi a busca pela melhoria da eficácia das velas que resultou na invenção da luz elétrica”. A necessidade de deixar amplamente abertas as janelas pelas quais o espírito humano contempla e questiona o mundo é imprescindível. Mas, há de se admitir que, quanto mais o pesquisador é subordinado ao dinheiro público para conduzir seu trabalho, mais ele assume uma responsabilidade social. A conciliação da liberdade intelectual e da criatividade do pesquisador com os interesses associados ao suporte financeiro que precisa para trabalhar é uma linha de mediação tênue.

Fui, evidentemente, confrontado a esse dilema na hora de responder ao edital lançado pela DGRST. Era claro que o interesse manifestado pela França no Sahel africano se inscrevia no âmbito de uma política a respeito de suas antigas colônias da qual eu não aceitava todos os aspectos. A perspectiva de uma possível instrumentalização devia ser considerada ao participar nesse edital. Mais um dilema! Minha bússola nessa circunstância foi a seguinte: que a nossa equipe apresentasse um programa de pesquisa totalmente fiel ao nosso próprio questionamento científico sobre a realidade que íamos explorar. Quer dizer, ter a possibilidade de levar a cabo linhas de estudos que pudessem entrar em contradição com as ideias que dominavam o discurso dos especialistas mais atendidos do momento. Em particular os que pretendiam naturalizar a crise, insistindo nas suas dimensões climáticas e demográficas. O programa de pesquisa foi aceito tal como o tínhamos concebido e proposto, incluindo questões de natureza social, econômica, política eventualmente incômodas para os comanditários. O risco de desvirtuamento de nosso trabalho era assim eliminado.

No entanto, há de se reconhecer que, de modo mais sutil e numa escala mais ampla, o sistema dos editais para o financiamento da pesquisa pode perverter o processo de criação científica. Em particular no caso esgotarem as fontes que permitem alimentar linhas de pesquisa que não se originem em demandas externas mas no próprio caminho que segue o pensamento científico, com suas dimensões teóricas, abstratas, desligadas da noção de utilidade, distanciadas das preocupações que animam o corpo social. Movimento no qual se arraigam muitas vezes as inovações mais radicais do pensamento humano. O risco é real, em particular para as disciplinas que tratam de assuntos que têm uma relação imediata com preocupações dominantes na sociedade. É evidentemente o caso das ciências sociais, mas também de disciplinas de cunho mais operacional como a medicina, a agronomia e das ciências ambientais que podem interferir em interesses econômicos, estratégicos ou uma forte

demanda social. Mas o problema se coloca também para as chamadas ciências mais duras e ciências básicas. Mais do que nunca, a produção do conhecimento é atualmente submetida às incitações e pressões exercidas pela sociedade. Bem se sabe o que os imensos progressos no domínio do conhecimento da matéria, bem como na informática, acontecidos no século passado se devem ao fantástico volume de recursos mobilizado pelo governo americano na perspectiva da Guerra Fria (Pestre, 2010).

O que pode fazer o pesquisador trabalhando numa universidade ou numa instituição de pesquisa pública (a situação sendo evidentemente diferente numa entidade privada) para não se tornar simples prestador de serviços? Para não conduzir seu trabalho orientando-o com a simples bússola de onde se acham os financiamentos? A estratégia que aplicamos, no centro de pesquisa criado após essa primeira experiência mais informal para constituir uma equipe interdisciplinar, foi formular uma espinha dorsal problemática e metodológica que fosse o fio condutor de todas as pesquisas que íamos conduzir. A questão central que nos reunia dizia respeito à estreita interrelação que associa as dimensões materiais (física, biológica) e imateriais (cultura, sistemas de pensamento, normas sociais) no funcionamento, na história, de qualquer sociedade humana. Isso não queria dizer reintroduzir uma forma de neofuncionalismo ou de aderir às teses da sociobiologia, mas dizer, seguindo Godelier (1984), que toda entidade social contém uma parte não social com a qual ela mantém permanentes intercâmbios. Essa parte não social sendo o meio ambiente dentro do qual sua existência se desenrola, bem como o próprio corpo de seus membros. Nas estruturas acadêmicas, essas duas dimensões da realidade foram quase sempre exploradas e ensinadas separadamente. Progredir na compreensão de sua articulação constitui um avanço epistemológico significativo. A metodologia para explorar essa linha de pesquisa não pode deixar de ser interdisciplinar pois não se trata de pedir às ciências sociais que produzam um discurso sobre as dimensões físicas, biológicas da sociedade nem às disciplinas ambientais ou médicas para falar de sua visão do fenômeno social. O objetivo é criar as condições para que cada uma traga suas competências para estudar o que liga as duas vertentes da realidade. Apoiado nesse referencial problemático e metodológico, tínhamos a possibilidade de estar atentos às possibilidades de financiamento de programa de pesquisa que pudessem, em função de temáticas e ângulos de abordagem diferentes sugeridos pelos editais, alimentar e enriquecer nossa própria problemática e nossa experiência da prática interdisciplinar. Foi assim que conduzimos, ao longo do tempo, uma série de programas de pesquisas na África e na Índia sobre as relações das sociedades camponesas e seu ambiente, sobre crescimento urbano e saúde, sobre a dinâmica epidêmica e as consequências sociais da AIDS. Uma pluralidade de temas de estudo que nos trouxeram a possibilidade de desempenhar nosso papel no tratamento de problemas importantíssimos para o desenvolvimento, sem abandonar a nossa missão de inovar na produção do conhecimento, de fazer progredir teórica e metodologicamente nossas disciplinas.

Para ser completo na relação de minha experiência pessoal, devo prestar meu tributo ao Brasil e a suas instituições científicas que ofereceram a possibilidade inesperada de fazer mais um passo nesse esforço iniciado há quase meio século. Esforço para traçar um caminho que permitisse ao pesquisador

de assumir seu papel cidadão, de contribuir enquanto cientista ao tratamento de problemas pertinentes para a sociedade, sem abandonar sua missão de fazer progredir, a nível mais fundamental do ponto de vista epistemológico, os instrumentos teóricos e metodológicos dos quais precisamos para entender o mundo.

Para resumir o acontecido, direi simplesmente que, após o período de efervescência e de abertura que caracterizou os anos setenta e oitenta na França, a rigidez das instituições acadêmicas não deixou de se recompor. Se abordagens de pesquisa e de ensino que não se deixam fechar nas fronteiras disciplinares, continuavam a ser apregoadas nos discursos oficiais, se programas de pesquisa interdisciplinares podiam ser conduzidos através de editais efêmeros, permanecia difícil montar uma estrutura que viabilizasse a longo prazo a prática desse enfoque científico. O centro de pesquisa e de formação doutoral que tinha criado na Universidade de Bordeaux custava alcançar as condições institucionais que pudessem lhe garantir perenidade. A resistência era forte por parte dos colegas das ciências sociais a respeito da colaboração que tínhamos estabelecido com as disciplinas médicas, que constituíam o outro polo de nossa universidade. A nossa dedicação para temas ligados a questões concretas de desenvolvimento era considerada como ameaça à pureza das disciplinas. As perspectivas de podermos dar uma sólida inserção institucional a nosso projeto científico de conciliar uma reflexão teórica e metodológica fundamental com pesquisas conduzidas sobre temas investidos de uma dimensão de utilidade social eram muito frágeis no contexto da universidade francesa.

No início dos anos noventa, recebi um convite para participar na reflexão sobre a criação de um Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Isso foi o efeito de um acaso: meu encontro com a pesquisadora e professora brasileira Magda Zanoni, da Universidade de Paris 7, que era uma figura animadora dessa iniciativa. O projeto estava se esboçando pouco tempo antes que se abra no Brasil um período abençoado de confiança colocada pelo poder público nas instituições de formação superior enquanto motores do desenvolvimento social, valorizando uma grande criatividade científica e pedagógica. Pode-se dizer, em particular, que, entre o final dos anos noventa do século passado e os meados da segunda década do século XXI, o Brasil foi pioneiro no que diz respeito ao fomento da prática interdisciplinar no ensino e na pesquisa⁹. Encontrei assim em Curitiba, e depois em outras cidades e com diferentes instâncias institucionais brasileiras, um quadro que permitia, através de encontros acadêmicos e de participação em programas de pesquisa e de formação, dar eco à experiência que tinha acumulado no quadro acadêmico francês. Mas, dessa vez, com a esperança de ver essas ideias participarem num movimento que tinha sua própria dinâmica e pudesse concretizar-se numa forma institucional durável. A eclosão nas universidades brasileiras, nesse período, de um número significativo de Doutorados e Mestrados interdisciplinares, a maior parte deles dedicados aos temas ligados a questões de alta pertinência social, testemunha a pujança desse

⁹ Em 1999 a CAPES criou uma comissão especialmente incumbida de avaliar diplomas interdisciplinares, cuja avaliação não podia ser feita com as ferramentas habituais de análise. Essa comissão se transformou, aproximadamente dez anos mais tarde, na Coordenação da Área Interdisciplinar que desempenhou um papel decisivo na promoção da prática interdisciplinar nas universidades do país.

movimento. Mas, bem se sabe que durabilidade não significa eternidade! E que todo progresso institucional é frágil quando submetido à evolução de um contexto político.

No final das contas, a maior lição que retenho de minha experiência acadêmica, tanto brasileira quanto francesa, é que ainda que os pesquisadores possam achar, localmente e pontualmente, caminhos para conciliar sua vontade de não se fechar numa torre de marfim, de desempenhar um papel ativo na sociedade, com sua missão de fazer progredir o conhecimento a nível mais fundamental e universal, isso não será viável sem um acompanhamento institucional que viabilize essa conciliação nas estruturas de pesquisa e ensino.

A vida própria das ideias

Essa dimensão institucional é fundamental. No entanto, uma outra descoberta que fiz ao longo de meu percurso de pesquisador é o da vida e da trajetória própria das ideias no corpo social. Após as termos emitido, ficamos quase impotentes frente ao seu destino. A imagem que se estabeleceu do papel da ciência na sociedade durante o século XIX, quando se forjou a noção de progresso, é aquela de uma luz que ilumina o caminho e permite agir com pleno conhecimento das causas e dos efeitos. Após o cientista ter elucidado os prós e contras de uma situação, basta se deixar guiar pela razão para tomar uma decisão.

Quanto ao cientista, ele também se inclinou a compartilhar a mesma visão. Quando, aplicando com maior rigor sua competência teórica e sua metodologia, chega a conclusões que ele considera objetivas sobre a questão que lhe foi colocada, parece-lhe óbvio que vão ser tomadas em conta e aplicadas.

A realidade é bem diferente. Jovem pesquisador, não tardei a compreender isso. Os nossos estudos – bem como os de várias outras equipes, operando em diferentes localizações na zona do Sahel – mostraram a complexidade das interrelações entre fatores sociais e fatores naturais que conduziram à crise ambiental e humanitária que acometeu essa região africana. Um de nossos achados foi, a revês da visão dominante na época sobre o assunto, que os pequenos agricultores e pastores tradicionais locais não eram meras vítimas passivas de um acontecido imprevisível e de forças que os dominavam. Forjados por uma longa experiência numa zona árida com forte imprevisibilidade climática, eles tinham desenvolvido, de longo prazo, táticas e estratégias adaptativas, tanto técnicas quanto sociais: tipos de plantas cultivadas, de animais criados, instrumentos utilizados, práticas culturais, modos de armazenamento e de redistribuição, mobilidade espacial entre muitos outros. Os sistemas tradicionais foram perturbados pela decomposição das estruturas clássicas no quadro colonial e pós-colonial, pela integração acelerada no mercado internacional, pela rapidez do crescimento demográfico consecutivo à melhoria das condições sanitárias, pela degradação das condições climáticas¹⁰. Mas não

¹⁰ Hoje interpretada como uma manifestação localizada e dramática do que ia ser identificado mais para frente como um movimento global de mudança climática do planeta.

deixaram de evoluir frente a esse choque, de tentar se adaptar de novo, de buscar soluções¹¹. Isso não quer dizer que tinham capacidade a responder de modo adequado ao desafio enfrentado. Mas, que existia uma dinâmica própria das sociedades campestres locais, que essas tinham uma experiência antiga de convivência com seu ambiente, que expressavam uma vontade de conciliar as mudanças nas quais eram engajadas com valores que faziam sua cultura e sua identidade.

Mas a visão prevalente entre as instituições nacionais e internacionais que atuavam no domínio do desenvolvimento e entre os programas lançados para responder à crise era que os agricultores e pastores locais eram congelados nas suas tradições ultrapassadas e que seu futuro se achava na sua maior integração no mercado internacional e na adoção de técnicas modernas elaboradas pelas ciências agrônômicas. Segundo essas instituições, a estratégia idônea para desenvolver o Sahel, liberá-lo da ameaça da seca, era então quebrar as resistências dos agricultores e pastores locais, conscientizá-los sobre a necessidade de abandonar suas tradições e convencê-los da eficácia das técnicas modernas.

Os resultados de nossas pesquisas mostravam que, longe de ser congelados no seu passado, os pequenos produtores locais eram totalmente integrados na realidade contemporânea, multiplicando atividades diversificadas para ampliar seu leque de recursos, adaptando suas técnicas antigas às condições naturais e econômicas presentes, instaurando novas relações de produção que modificavam em profundidade as estruturas das sociedades locais. Nenhuma resistência à modernidade em si, mas dificuldade de integrarem nos seus sistemas de produção complexos, técnicas concebidas em estações de pesquisa, num quadro totalmente diferente da realidade quotidiana dentro da qual vivem e atuam. Tentando adequar essas técnicas a suas próprias condições de produção, eles contrariavam as prescrições dos técnicos e esses achavam nesse fato uma confirmação do arcaísmo de seus interlocutores.

Na época quando conduzíamos nossas pesquisas, a extensão agrícola era totalmente baseada numa organização vertical cujo objetivo era convencer os produtores da eficácia das técnicas elaboradas nos centros de pesquisa. Várias estratégias foram sucessivamente aplicadas: parcelas de terreno cultivadas com essas técnicas nas vizinhanças dos vilarejos; agricultores pilotos aplicando as mesmas e cujo exemplo deveria convencer seus vizinhos; formação de jovens agricultores extensionistas, incumbidos do papel de acompanhar e aconselhar um grupo de famílias¹². O enfoque era sempre vertical: tratava-se de transmitir a receptores passivos os benefícios incontestáveis do saber moderno.

Apoiando-nos nos resultados solidamente argumentados de nossas pesquisas de campo, tínhamos a convicção que poderíamos convencer da pertinência de um enfoque que considerasse os agricultores como parceiros, como especialistas também, detentores de um conhecimento aprofundado

¹¹ Os resultados desses estudos, expostos em vários relatórios e artigos, foram sintetizados mais tarde em um livro publicado em 1997 (Raynaut et al., 1997).

¹² A estratégia do *Training and visit* se tornou o dogma incontestável da extensão rural nas grandes instituições como o Banco Mundial e a FAO.

sobre seu ambiente natural bem como sobre as plantas que cultivavam. Produtores na busca de inovações que pudessem ajudá-los a conciliar as necessidades da produção com todas as outras necessidades e restrições sociais e econômicas que eles enfrentavam. Isso não queria dizer que podiam achar soluções por conta própria, mas que eles podiam ser protagonistas legítimos na busca dessas soluções.

Não tínhamos consciência de que tal proposta podia ter de provocante e inaceitável para as instituições que dominavam o palco do desenvolvimento rural na África. Devíamos descobri-lo em circunstâncias, tanto chocantes, quanto eloquentes. Em 1984, fui convidado para ministrar uma palestra na ocasião de uma conferência internacional organizada pelo Banco Mundial em Oslo. O tema era “A participação dos agricultores na luta contra a desertificação no Sahel”. Na minha palestra, apresentei nossas conclusões e nossas propostas de modo muito objetivo, sem nenhuma forma de provocação, concluindo simplesmente que a participação procurada não deveria apenas ser a dos produtores às propostas trazidas de fora, mas também a das instituições de desenvolvimento como o Banco Mundial às dinâmicas e estratégias aplicadas pelos próprios produtores. A minha imensa surpresa, quando acabei de falar, o representante do Banco Mundial que estava na mesa da palestra, tomou imediatamente a palavra para dizer que ele não queria que as discussões seguissem o rumo que lhes havia dado minha apresentação “pessimista demais e que negava os sucessos obtidos até então”. Descobri depois, que uma oficina de discussões que devia moderar durante a conferência havia sido cancelada. As conclusões de nossas pesquisas eram consideradas tão perigosas que se devia impedir que se propagassem nos participantes da conferência, entre os quais muitos representantes dos países do Sahel.

Mas, não foi o fim da história. Eventualmente, ao longo do tempo, resultando dos achados de outras pesquisas, de experiências de pessoas atuando no campo, de conflitos entre correntes ideológicas diferentes, entre instituições internacionais concorrentes, essas ideias consideradas trinta anos atrás como tão ameaçadoras para os atores que dominavam a esfera do desenvolvimento rural, passaram progressivamente a adquirir um novo status. Apoiar-se nas iniciativas, nas preocupações, nas expectativas dos pequenos agricultores familiares, numa estratégia de *empowerment*, eis hoje a palavra de ordem das grandes agências de desenvolvimento internacionais como a FAO, o Banco Mundial, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Levou assim décadas de produção científica reiterada, de debates, de polêmicas para que a pertinência dos resultados de pesquisas divulgados durante os anos setenta fosse reconhecida. Não falarei aqui do que estava em jogo nesse embate, nem das condições efetivas da aplicação dessas ideias no campo, que depende antes de tudo dos equilíbrios, na escala local, das forças políticas, econômicas e sociais. O ponto sobre o qual queria chamar atenção é o fato de que o cientista não tem nenhum controle sobre o destino do conhecimento que produz, das ideias que emergem dos achados de suas pesquisas.

Poderia multiplicar, assim, os exemplos tirados de minha trajetória de pesquisador e de minha participação em iniciativas de desenvolvimento rural, bem como de minha colaboração com profissões de saúde sobre a epidemia de AIDS ou má nutrição infantil. Mas não é meu propósito aqui. Ele é

apenas de transmitir a lição que tiro de meu compromisso pessoal em pesquisas voltadas para questões referentes a problemas de alta pertinência no domínio social e do desenvolvimento. A conclusão à qual cheguei diz respeito à ausência de vínculo direto entre o conhecimento científico que produzi enquanto pesquisador e sua aplicação. Na minha experiência, então, a pertinência da noção de pesquisa aplicada se acha colocada em questão. Pode ser pertinente em domínios técnicos ou operacionais particulares, pois são pesquisas operacionais que permitiram imensos avanços no domínio, entre muitos outros exemplos, da medicina ou da indústria. Mas, mesmo nesses casos, a facilidade e a rapidez – as vezes a possibilidade – de sua aplicação dependem de suas implicações no domínio social e econômico. Caso desencadearem entre os protagonistas envolvidos no processo de aplicação consequências no âmbito das relações sociais, das relações de poder, dos interesses econômicos, as mais criativas inovações permanecem inaplicadas. No caso das ciências sociais, cujo objeto de pesquisa são justamente as relações sociais, cujos achados podem conduzir a ajustes nas representações e nas hierarquias sociais, no balanço entre os interesses dos vários protagonistas, os fatos apresentados, as ideias propostas entram num processo de metabolização e seguem sua própria vida sem nenhum controle de seu autor inicial. O que vai sair no final, o uso feito do conhecimento produzido, vai depender de uma alquimia que se opera no campo da sociedade e do papel que elas podem desempenhar no jogo que se desenrola entre os protagonistas envolvidos.

Fazendo um salto enorme de escala e de importância no que está em jogo, quando comparado a minha limitadíssima experiência pessoal, direi que temos uma ilustração convincente dessa relação conturbada entre ciências e sociedade no caso do problema das mudanças climáticas globais. As provas relativas à amplitude das mudanças em andamento e às suas consequências dramáticas num futuro próximo são solidamente estabelecidas. Um painel de cientistas internacionais, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), trabalha ativamente para difundi-las. Conferências internacionais são organizadas para decidir medidas para controlar melhor o fenômeno. No entanto, muito pouco muda efetivamente, pois interesses políticos e econômicos imensos estão em jogo, tanto na escala internacional quanto no âmbito interno de cada país. As ideias científicas fazem parte do jogo social, desempenham nele um papel essencial, mas segundo lógicas que fogem totalmente do controle dos que as emitiram inicialmente. Podem ser negadas e combatidas por alguns dirigentes. Podem criar intensas mobilizações nas sociedades civis. Podem ser utilizadas como argumentos nas lutas geopolíticas e nas concorrências comerciais internacionais. Os argumentos não têm mais nada a ver com a ciência. Se as coisas progredirem, no entanto, não é como uma aplicação direta dos achados científicos, mas sim seguindo o ritmo e os caminhos tortuosos das dinâmicas sociais.

O jovem pesquisador que fui teve muita dificuldade em aceitar esse destino imprevisível do conhecimento que produzia. Mas pouco a pouco conseguiu reconhecer o fato que, enquanto cientista, era apenas mais um ator social. Não se situa fora da sociedade, e as ideias que produz são mais um elemento trazido no turbilhão das correntes, dos confrontos, dos embates que a agitam e moldam em permanência a mesma.

Em vez de conclusão

Não pretendo tirar conclusões com qualquer caráter de generalidade a partir de minha experiência pessoal. Situo-me então na subjetividade. A dos questionamentos e das dúvidas. Mas, às vezes, depoimentos individuais podem ajudar outros a se questionarem, a refletirem sobre sua própria experiência. Se essas páginas pudessem desempenhar esse papel ficaria feliz.

O meu propósito pode parecer pessimista. Creio, no entanto, no imenso poder do conhecimento e na força própria das ideias. O nosso mundo contemporâneo anda envolvido em um prodigioso movimento de reajustes intelectuais, sociais, materiais por causa dos fantásticos avanços do conhecimento científico. Muitas de nossas evidências herdadas do passado caem. Não podemos olharmo-nos – nossa mente, nossa consciência, nosso corpo – com o mesmo olhar que outrora. Nem a matéria que nos circunda e da qual nós mesmos somos feitos. Nem os outros seres vivos. Nem o planeta. Nem o universo. O pouco que podemos entender do que a ciência nos diz hoje sobre todos esses assuntos nos coloca frente à evidência que todas as certezas sobre as quais se construíram nossas sociedades de cultura ocidental – sociedades das quais emergiu o olhar científico moderno – todas essas certezas são profundamente abaladas. Tanto mais minadas que as técnicas, cujo desenvolvimento acelerado se alimenta nos avanços do conhecimento científico, abrem ao ser humano capacidades de intervenções sobre si mesmo, sobre o mundo a seu redor que nunca experimentou antes. Pode-se então dizer que nosso presente e nosso futuro são moldados pelas forças imateriais do conhecimento científico e das novas ideias, novas representações mentais, dos novos valores sociais, do novo imaginário às quais abre a porta. Mas não de modo direto e linear, mas sim em confronto com, e a serviço de outras ideias, outras expectativas, outros sonhos, outros fantasmas totalmente alheios ao pensamento científico.

Frente a essa situação contraditória, onde se combinam intimamente, e às vezes de modo caótico, potência e impotência, como podem reagir o produtor e o transmissor de conhecimento? Como podem situar-se as instituições nas quais ele opera, na medida em que o questionamento que emerge a nível individual acha seu eco amplificado a nível institucional? Com muita modéstia, bem consciente do que o que posso dizer demonstra os limites de uma experiência individual, mas convencido de que o encontro de várias experiências individuais pode levar a conclusões de porte geral, queria expor simplesmente aqui algumas das convicções que me habitam no final de minha longa trajetória de pesquisador e de docente que nunca deixou de se dedicar a uma prática da ciência comprometida com os problemas da sociedade.

Por isso, vou voltar às considerações históricas iniciais desse texto. Desde sua criação, as universidades passaram por uma série de etapas na construção de sua relação com a sociedade e do papel que desempenha no seu bojo. A crítica à qual são submetidas hoje é a de funcionarem a serviço do sistema-mundo que domina o planeta desde o fim da Guerra Fria e que, prolongando um movimento já iniciado com o nascimento do capitalismo industrial, acelera sua corrida para uma catástrofe social e ambiental anunciada. Como fazer com que essas instituições de produção e de transmissão do saber

em vez de servir, contribuam para frear e reorientar essa corrida? Não pretendo responder a essa imensa questão, mas, mesmo assim, gostaria de fazer algumas observações.

Em primeiro lugar, ao se comprometer num papel ativo na transformação da sociedade, é importante não confundir o posicionamento do cientista com aquele do cidadão. Dúvida, consciência da fragilidade das certezas, da complexidade da realidade, são os princípios fundadores do pensamento científico. São eles que lhe permitiram destacar-se dos dogmas religiosos, das ideologias, cujas certezas cimentam, animam, rasgam as sociedades humanas. Dúvidas e espírito crítico não formam boa parilha com as convicções que exige a ação social. É apenas quando fiel às exigências epistemológicas que fazem a identidade de seu modo de pensar que o cientista desempenha seu verdadeiro papel na sociedade, pois não serve para apregoar verdades, mas para desbravar caminhos de compreensão na complexidade do mundo. Seu verdadeiro papel social implica em nunca deixar de questionar as conclusões às quais chega. Isso não em nome de um relativismo absoluto, mas aceitando a ideia de que, além do que ele consegue acertar com a metodologia e os instrumentos de sua disciplina, podem existir dimensões do problema que fogem ao seu olhar. Isso não quer dizer que o cientista não possa participar em lutas sociais ou se comprometer na defesa de causas que lhe parecem cruciais. Mas fazendo isso, é enquanto cidadão que atua. Segue convicções que implicam em escolhas éticas que acham seus fundamentos fora do campo da ciência. Frente aos dilemas que suscita essa tensão entre pensamento científico e compromisso social, a instituição acadêmica, enquanto se abre amplamente para os debates e as inquietações que animam a sociedade da qual constitui uma componente, tem como maior papel manter um espaço de liberdade, onde essas questões são tratadas fora da busca de certezas mobilizadoras, com plena consciência da complexidade do real, alimentando o debate social, sem o substituir. Uma das condições determinantes para fomentar tal espaço na instituição reside em reduzir as fronteiras entre as disciplinas, favorecendo as trocas, intercambiando questionamentos e proporcionando colaborações no campo. Consistem em fomentar a convergência entre olhares científicos diferentes sobre os mesmos objetos de estudo, o diálogo entre problemáticas diferentes, a colaboração entre estudos conduzidos com mesmo rigor científico, mas sobre facetas diferentes da realidade. Significa convidar as equipes de pesquisa e de ensino a saírem do quadro endogâmico de sua disciplina, a buscarem além das explicações para as quais as conduz seu quadro teórico e seus instrumentos disciplinares. Isso impede a formação de territórios de identidade e de poder nos quais a ortodoxia do pensamento disciplinar toma conta da dúvida científica. Ao favorecer essa abertura, a universidade dá os instrumentos para poder responder às interrogações da sociedade, pois essas não lhe chegam filtradas, formatadas segundo o recorte disciplinar, mas com a complexidade, a heterogeneidade, o caráter híbrido da realidade, tal como é vivida pelo cidadão.

Em segundo lugar, há de reconhecer que é mantendo um diálogo constante com a sociedade, prestando atenção nas suas dúvidas, nos seus questionamentos, que as universidades e as instituições de pesquisa podem desempenhar seu papel social. Mas dizer isso, não significa ir para onde o vento sopra. Um maior risco seria o de uma ciência instrumentalizada, perdendo a capacidade de questionar o mundo a partir da postura distanciada e crítica que permite, pela força intrínseca do raciocínio e o rigor

do método, de ver onde o olhar dos atores sociais não chega¹³. Muitas das descobertas da física e da biologia que transformaram em profundidade hoje nossa visão do mundo e nossa capacidade de agir nele – por bem e por mal – originaram-se em questionamentos intrinsecamente científicos e não no projeto de responder a necessidades ou pedidos sociais. A posição das ciências humanas e sociais é mais ambígua na medida em que seu objeto de estudo é justamente o ser humano e a sociedade e que isso as conduz a acompanharem, a alimentarem as dúvidas que atravessam o primeiro, os debates que animam a segunda. E o conhecimento que essas ciências produzem interage imediatamente e diretamente com esses debates e essas dúvidas. A sociologia fala e produz conhecimento sobre a violência social, a economia, sobre as desigualdades. A história, sobre as raízes dos problemas contemporâneos (racismo, pobreza, crise ambiental). Todos esses elementos de saber científico podem se tornar argumentos nas controversas e nos combates sociais em andamento. A pressão pode ser forte por parte dos atores mais potentes para que os discursos produzidos pelos cientistas venham confortar a posição e os interesses deles. O risco é tanto mais elevado quanto nesses atores se originam as fontes de financiamento das atividades desses professores, desses pesquisadores, seja o Estado ou atores privados, conforme as situações locais e nacionais. Um modo de financiamento da pesquisa universitária, principalmente baseado no sistema dos editais, abre a porta para o risco elevado de instrumentalização. A fragilidade é evidente quando uma mudança radical nas políticas públicas seca brutalmente os recursos para pesquisas ou disciplinas consideradas como desprovidas de interesse ou perigosas para os detentores do poder. Mas ela é presente também em situações mais democráticas, onde a priorização dos temas de pesquisa fica estreitamente ligada à política de momento. Por isso, além da necessidade absoluta de preservar fontes de financiamento para temas e objetos de pesquisa identificados pelos próprios cientistas em função da progressão de seu trabalho e de sua reflexão, estratégias podem ser aplicadas pelos cientistas para que, enquanto respondendo a questionamentos vindo da sociedade, mantenham um controle suficiente sobre seu trabalho para que, por um lado, não perca sua coerência intrínseca e que, pelo outro, não seja instrumentalizado de modo desequilibrado dentro do corpo social.

Manter a coerência de seu caminho científico implica, para uma equipe de pesquisa acadêmica, nunca se tornar prestador de serviços. É vital para isso que ela desenvolva sua problemática científica própria, apoiada em fundamentos teóricos firmes e em questionamentos oriundos de sua própria reflexão. A busca de financiamentos, por meio dos editais públicos ou de outras fontes disponíveis, deve ser guiada pelo critério prioritário de sua contribuição à problemática científica que constitui a espinha dorsal da equipe. Foi o que tentamos fazer no nosso centro de pesquisa, mudando de tema de pesquisa ao decorrer do tempo (desenvolvimento rural, meio ambiente, urbanização e alimentação, epidemia de Aids), bem como de campo de pesquisa (África, Índia, França, Brasil). Por diferentes que fossem os programas de estudos que conduzimos, todos contribuíram para alimentar uma problemática central sobre a complexidade do social na sua combinação íntima entre dimensões imateriais e

¹³ O filósofo das ciências francês Gaston Bachelard, insistiu muito sobre a especificidade do pensamento científico e o que o distingue do senso comum (Bachelard, 1983).

materiais e sobre a necessidade de aplicar uma metodologia interdisciplinar para entender essa realidade híbrida. Esforçámo-nos assim em conciliar um compromisso ativo com os problemas da sociedade e nosso objetivo de fazer progredir nossa reflexão a um nível mais amplo e teórico. Será que conseguimos sempre? Evidentemente não, mas foi assim que se manteve a coerência de nossa prática científica.

Como já mencionado anteriormente, o conhecimento que produzimos nos foge, perdemos controle no seu destino. Introduzido no jogo social, entra num processo de metabolização em função dos interesses, das estratégias, dos embates que dividem ou unem os vários atores sociais. Devemos ter total consciência disso quando nos dedicamos em estudos cujos resultados podem contribuir à resolução de problemas concretos na sociedade. Ainda mais quando temos um compromisso pessoal forte, seja com as populações que são os primeiros alvos desses problemas como, por exemplo, quando trabalhávamos sobre a questão da seca e da fome no Sahel ou das famílias acometidas pelo Aids no Ruanda. Fomos rapidamente confrontados, no final das contas, com a evidência de que o saber que estávamos produzindo estava confiscado pelas instituições que ocupavam uma posição dominante no palco social: administrações públicas, serviços técnicos dos países envolvidos, organizações internacionais. Esses atores o utilizavam em função de suas próprias estratégias, de sua lógica interna, das lutas que as opunham entre si. Isso se verifica para todas as disciplinas e seja qual for o nível onde se situam os estudos: problemas relativos à saúde, ao ambiente, à pobreza, encerrados tanto ao nível local quanto global.

Seja qual for a escala de sua intervenção, do estudo focalizado na análise de um problema local até programas voltados para questões de dimensões planetárias, desde que seu trabalho tem implicações na sociedade, o cientista deve abandonar a esperança de uma relação direta, ditada pela lógica racional que o anima enquanto cientista, entre seus resultados e o caminho que eles vão fazer no campo social. É a consciência dessa realidade que pode lhe permitir, na escolha dos parceiros com os quais colabora, ter uma linha de conduta que sem lhe dar nenhum controle no uso de seu trabalho, assegura que o conhecimento que produz não se ache confiscado por atores dominantes. Para isso, o quadro institucional dentro do qual os pesquisadores operam, as universidades em primeiro lugar, deve facilitar a maior abertura das parcerias científicas, além do caminho oficial dos editais públicos ou de acordos que concluem com protagonistas econômicos e industriais que buscam a colaboração das instituições acadêmicas. Por isso as mobilizações que animam hoje a sociedade civil em muitos países podem abrir oportunidades de colaborações que permitam que o conhecimento científico saia do círculo restrito do meio acadêmico e seus interlocutores privilegiados das elites dirigentes e seja amplamente compartilhado entre os atores presentes no palco social em tal modo que sua metabolização social se faça de maneira mais aberta possível. A epidemia da AIDS, a partir dos meados dos anos oitenta do século passado, foi um exemplo altamente ilustrativo da irrupção da sociedade civil no campo da pesquisa científica. Num movimento iniciado nos países mais ricos do mundo ocidental, mas que se espalhou progressivamente numa escala global, as categorias de população mais acometidas ou ameaçadas pela doença se organizaram em movimentos coletivos, tal como *Act-up* numa escala

internacional, AIDES na França, inúmeras ONGs na África, Ásia, América do Sul, pressionando os poderes públicos, mas também as instituições de pesquisa e os pesquisadores para que fossem conduzidas investigações que tomassem em conta as expectativas dos doentes e dos que os acompanham no curso do tratamento e do cuidado às pessoas enfermas. Exigências fortes foram também expressas em relação às condições éticas das pesquisas epidemiológicas, em particular quando conduzidas com populações vulneráveis do terceiro mundo. Muitos outros exemplos poderiam ser citados, entre os quais no âmbito do meio ambiente, do gênero, da proteção das populações tradicionais¹⁴. Todas essas expectativas oriundas da sociedade civil em direção das instituições onde se produz e se divulga o saber científico, além de oferecer uma oportunidade de renovação dos questionamentos científicos em direção de problemáticas híbridas que não emergiriam espontaneamente da reflexão acadêmica, criam as condições de um mais amplo e mais igual compartilhamento do saber dentro da sociedade. São questões amplamente discutidas por filósofos da ciência como Nowotny (2010) e Latour (1999). Merecem alimentar nossa reflexão sobre o papel da universidade na sociedade.

Mas a produção de conhecimento novo, por meio da pesquisa, é apenas uma das funções das universidades. Temos visto que não foi o objetivo maior que lhes foi designado no início, principalmente no caso do modelo napoleônico. E, hoje em dia, as universidades deixaram de desempenhar o papel tão decisivo do que no passado na realização das pesquisas que fazem progredir o nosso conhecimento do mundo. Outras instituições, tanto públicas quanto privadas, se tornaram líderes em vários setores¹⁵. No entanto, o que faz a especificidade das estruturas acadêmicas é a estreita ligação entre produção e transmissão do conhecimento. São o lugar onde se transmite o saber em construção. Sua função mais evidente, a que durante as décadas passadas não parou de envolver uma proporção sempre maior da juventude mundial, é a transmissão do saber mais elaborado e a formação de pessoal de nível superior do qual precisam as sociedades engajadas no processo de modernização. Aqui também é preciso se questionar sobre o modo como é desempenhado esse papel na sociedade. Essa problemática já alimentou inúmeros livros e artigos e não posso pretender acrescentar muito à discussão, já que minha experiência enquanto pesquisador e animador de equipes de pesquisa foi mais a de um produtor do que de um transmissor de saber. No entanto, minha participação na criação do Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, em meados dos anos noventa do século passado, foi decisiva no amadurecimento de minha reflexão sobre o assunto.

Tenho a consciência viva de que as questões que acabei de evocar a respeito dos caminhos que percorre o conhecimento na sociedade, de sua metabolização social e dos riscos de sua monopolização por alguns setores da sociedade não podem achar respostas sem colocar no centro da reflexão a problemática da formação do cidadão. Isso remete às críticas formuladas sobre o modo como as

¹⁴ Entre muitos estudos conduzidos sobre essa mobilização das sociedades civis diante da epidemia da AIDS, posso citar Van Effenterre e Lebel (2009) e Eboko, Bourdier e Broqua (2011).

¹⁵ Basta, por exemplo, entre muitos outros exemplos, ressaltar o papel da Google nas pesquisas sobre o cérebro humano e a inteligência artificial.

universidades contemporâneas são concebidas, enquanto instrumentos a serviço de um sistema socioeconômico dominante, o do sistema-mundo formatado pelo capitalismo neoliberal que impôs sua marca no planeta, após a II Guerra Mundial. Isto é, uma especialização sempre crescente, voltada para a formação de pessoal com alto nível de competência num domínio particular, técnico, econômico, médico, jurídico, etc. Pessoal treinado para cumprir funções específicas no processo sempre acelerado de produção e de circulação dos bens e serviços que tem se tornado o movimento organizador de nossos sistemas sociais. Essa especialização pode atingir níveis extremos, como é o caso nos estudos médicos para as quais cada órgão do corpo humano constitui o objeto de uma especialidade médica em si. Permite alcançar um altíssimo grau de competência e de excelência em cada domínio de atividade particular, mas faz evidentemente perder a capacidade de contextualizar o problema tratado, a se dar dele uma visão global que permita tomar em conta aspectos que fogem o domínio específico da formação recebida e da experiência acumulada. Essa especialização conduz, também, a fragmentar as universidades em comunidades unidas em torno dos mesmos objetos de interesse, do mesmo universo teórico, do mesmo quadro metodológico e que dedicam uma parte significativa de sua energia a preservar uma ortodoxia do pensamento que fundamenta sua identidade intelectual. Nesse âmbito, se delimitam territórios disciplinares que funcionam internamente como territórios de poder, com vários mecanismos de avaliação e controle que operam para manter a ortodoxia dos membros no seu papel de produtores e transmissores de saber e que entram em concorrência entre si para a conquista dos recursos, tantos simbólicos – a corrida para o prestígio – quanto financeiros¹⁶.

Os indivíduos que saem desse sistema de formação altamente segmentado e especializado, acham-se pouco preparados intelectualmente para apreenderem na sua complexidade e no seu caráter híbrido – quer dizer apresentando uma multiplicidade de dimensões heterogêneas – os problemas aos quais vão ser confrontados na sua vida, fora das paredes da universidade. Isso se confirma não apenas na sua atuação profissional, mas também no seu desempenho enquanto cidadão. Essa fraqueza tem consequências no processo de metabolização social do saber do qual falei acima. Numa sociedade democrática, cujos cidadãos não têm a capacidade de questionar a ciência na diversidade de suas contribuições, nem de encarar os problemas encontrados na multiplicidade de suas facetas, a monopolização do saber por uma elite reduzida se dá com muito mais facilidade. É por isso que, quando se coloca a questão do papel da universidade na sociedade, há de se enfatizar a missão, fundamental, de formar o que chamei em outro texto “espíritos esclarecidos” (Raynaut; Zanoni, 2011) que não fiquem presos à formação especializada que receberam, mas que tenham consciência do caráter limitado de sua abordagem própria, da multiplicidade de dimensões dos problemas a serem tratados na sociedade, da pertinência de outras competências e outros saberes do que os seus. Essa aptidão ao diálogo, essa desconfiança a respeito das certezas estabelecidas, essa vontade de questionar a ciência na diversidade de suas contribuições, esse reconhecimento da complexidade do real, eis as capacidades que fazem do cidadão alguém que possa desempenhar um papel ativo na

¹⁶ Já discuti esse assunto em outros textos, de modo que me limito a evocá-los rapidamente (Raynaut, 2011; Raynaut; Zanoni, 2011).

metabolização social de um saber científico que ocupa um lugar tão decisivo hoje no destino de nossas sociedades contemporâneas. Pode ser que formar tais cidadãos seja o maior papel social da universidade. Um papel do qual talvez se tenha esquecido demais na sua história recente.

Eis algumas ideias que surgem quando dou uma olhada para trás, no meu longo percurso de pesquisador e docente. Com certeza é uma visão parcial, limitada a uma experiência subjetiva. Mas pode ser que contribua para alimentar uma reflexão e uma discussão coletiva. Isso foi o intuito que guiou a redação dessas linhas.

Referências

- BACHELARD, Gaston. *La formation de l'esprit scientifique*. Paris: Librairie philosophique J. Vrin, 1983.
- BAUDRILLARD, Jean. *La société de consommation*. Paris: Gallimard, 1970.
- COMITE INFORMATION SAHEL. *Qui se nourrit de la famine en Afrique?* Paris: Maspero, 1975.
- EBOKO, Fred; BOURDIER, Frédéric; BROQUA, Chisrophe (Eds.). *Les Suds face au sida: quand la société civile se mobilise*. Marseille: IRD Éditions, 2011.
- GEIGER, Roges. *Knowledge and money: research universities and the paradox of the marketplace*. Stanford: Stanford U.P., 2004.
- GODELIER, Maurice. *L'idéal et le matériel: pensée, économie, sociétés*. Paris: Fayard, 1984.
- LATOURE, Bruno. *Politiques de la nature: comment faire entrer les sciences en démocratie*. Paris: La Découverte, 1999.
- MARCUSE, Herbert. *One-Dimensional Man*. Boston: Beacon Press, 1964.
- MEADOWS Donella et al. *The limits of the growth*. Boston: MIT, 1972.
- MEILLASSOUX, Claude. *Anthropologie économique des Gouro de Côte d'Ivoire*. Paris-La Haye: Mouton, 1964.
- NOWOTNY, Helga. What the European Research Council is looking for in applications. *Bioessays*, n. 32, p. 545-547, 2010.
- PESTRE, Dominique. L'évolution des champs de savoir, interdisciplinarité et valorisation. In: ORIGGI, Gloria; DARBELLAY, Frédéric. (Eds.). *Repenser l'interdisciplinarité*. Genève: Ed. Slatkine, 2010, p. 39-50.
- RAYNAUT, Claude. *Structures normatives et relations électives: étude d'une communauté villageoise haoussa*. Paris-La Haye: Mouton, 1973.
- RAYNAUT, Claude. Lessons of a crisis. In: DALBY, David; CHURCH, Ronald Harrison; BEZZAZ, Fatima (Org.). *Drought in Africa 2*. Londres: International African Institute, 1976, p. 17-29.
- RAYNAUT, Claude. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio (Eds.). *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação*. Barueri: Manole, 2011, p. 69-105.
- RAYNAUT, Claude. Interdisciplinaridade na pesquisa: lições de uma experiência concreta. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; FERNANDES, Valdir (Eds.). *Práticas da interdisciplinaridade no ensino e na pesquisa*. Barueri: Manole, 2015, p. 523-547.
- RAYNAUT, Claude; ZANONI, Magda. Reflexões sobre princípios de uma prática interdisciplinar na pesquisa e no ensino. In: PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio (Eds.). *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação*. Barueri: Manole, 2011, p. 143-208.
- RAYNAUT, Claude et al. *Societies and nature in the Sahel*. Londres; Nova York: Routledge; SEI Global Environment and Development Series, 1997.
- REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: a História do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SEBAG, Lucien. *Marxisme et structuralisme*. Paris: Payot, 1967.

SHINN, Terry. Nouvelle production du savoir et triple hélice: tendances du prêt-à-penser dans les sciences. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 141/142, p. 21-30, 2002.

VAN EFFENTERRE, Clémentine; LEBEL, Doan. Luttés sociales contre les maladies: l'exemple du sida. *Regards croisés sur l'économie*, v. 5, n. 1, p. 71-73, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World System Analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.